



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2023

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Técnico Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Agente da Polícia Judicial**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Ideais devem ser ditos apenas por aqueles fortes o bastante para cumpri-los.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, notas ou impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, leia a crônica "A questão" de Luis Fernando Verissimo.

1. *Existem muitas histórias do seu Justinho.*
2. *Uma vez o Alaor, que era um grande gozador, recebeu o seu Justinho no escritório, de manhã, com uma pergunta.*
3. *– Seu Justinho, o senhor abotoa a camisa de cima para baixo ou de baixo para cima?*
4. *O seu Justinho pensou um pouco, depois respondeu:*
5. *– De baixo para cima, como todo mundo.*
6. *– Epa – protestou o Simas. – Como todo mundo não. Eu abotoo de cima para baixo.*
7. *O Alaor propôs um plebiscito no escritório.*
8. *– Quantos abotoam a camisa de cima para baixo e quantos abotoam de baixo para cima?*
9. *Curiosamente, fora o seu Justinho e o Simas, ninguém se lembrava como abotoava a camisa. Alguns começaram a tirar a camisa ali mesmo, para ver como as recolocariam, já que nunca tinham reparado naquilo. Mas o seu Justinho os deteve. Tirar a camisa no escritório, onde já se vira? Todos ao trabalho antes que aparecesse o chefe.*
10. *Mas durante todo o dia o seu Justinho ficou preocupado. No fim do expediente, dirigiu-se ao Alaor.*
11. *– Não gostei disso que você começou.*
12. *– Que foi que eu comecei?*
13. *– Essa história das camisas.*
14. *– Por que, seu Justinho?*
15. *– É desagregadora. Vai criar confusão.*

16. *E, realmente, no dia seguinte não foram poucos os que se declararam perplexos com a questão. Naquela manhã, pela primeira vez em suas vidas, tinham prestado atenção na forma como abotoavam a camisa. Era uma coisa banal, uma ação cotidiana e corriqueira, e, no entanto, todos tinham vivido até então sem saber se abotoavam a camisa de baixo para cima ou de cima para baixo. Era como se não se conhecessem. Um funcionário, inclusive, não compareceu ao trabalho e no outro dia deu a razão: simplesmente ficara paralisado no momento de abotoar a camisa, sem saber se começava por baixo ou por cima. A mulher até pensara que ele estivesse tendo alguma coisa.*
17. *– Que foi?*
18. *– Eu não consigo vestir a minha camisa. Eu não consigo vestir a minha camisa!*
19. *– Deixa que eu ajudo.*
20. *– Não! Você não vê? Eu é que tenho que vestir. E não consigo decidir se começo a abotoar por baixo ou por cima!*
21. *Como ele resolvera o problema, para vir trabalhar um dia depois? Botara uma camisa sem botão.*
22. *Seu Justinho não estava gostando nada daquilo. E nos dias seguintes passou a gostar ainda menos. Notou que todos estavam abalados com a experiência. De repente, por causa dos botões de suas camisas, estavam todos às voltas com graves indagações existenciais, sobre a gratuidade de todas as coisas, sobre os limites do livre arbítrio e o lugar do homem num universo aleatório. E aquilo estava prejudicando o serviço.*
23. *– Viu o que você fez? – perguntou o seu Justinho, brabo, para o Alaor.*
24. *– Mas era só uma brincadeira!*
25. *A brincadeira deixara todos angustiados. Até que seu Justinho decidiu tomar uma atitude. Como bom burocrata, baixou uma norma, que mandou afixar no quadro de avisos.*
26. *"Neste escritório, todos os homens abotoam a camisa de baixo para cima, revogadas as disposições em contrário."*
27. *Houve um certo alívio no ambiente, o que seu Justinho tomou como mais um triunfo da burocracia que afinal não passava de um método para pôr ordem no caos, segundo ele.*
28. *Mal sabia o seu Justinho que, depois de ler a sua determinação no quadro, todos tinham começado a abotoar a camisa de cima para baixo. A questão não era mais a extensão da liberdade humana num universo indiferente, a questão era contrariar o seu Justinho. Quem ele pensava que era, mandando até nas suas camisas?*

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **Pai não entende nada**. Porto Alegre: L&PM, 1996)

1. Depreende-se da crônica que, em relação à burocracia, seu Justinho tinha um ponto de vista
 - (A) negativo.
 - (B) ambíguo.
 - (C) favorável.
 - (D) enigmático.
 - (E) hesitante.



2. A voz do personagem mescla-se à voz do narrador, configurando o chamado discurso indireto livre, no seguinte trecho:
- (A) – Não! Você não vê? Eu é que tenho que vestir. E não consigo decidir se começo a abotoar por baixo ou por cima! (20º parágrafo)
 - (B) A mulher até pensara que ele estivesse tendo alguma coisa. (16º parágrafo)
 - (C) Uma vez o Alaor, que era um grande gozador, recebeu o seu Justinho no escritório, de manhã, com uma pergunta. (2º parágrafo)
 - (D) – Epa – protestou o Simas. – Como todo mundo não. Eu abotoo de cima para baixo. (6º parágrafo)
 - (E) Mas o seu Justinho os deteve. Tirar a camisa no escritório, onde já se vira? (9º parágrafo)
-
3. Observa-se a ocorrência da figura de linguagem conhecida como antítese no seguinte trecho:
- (A) Como bom burocrata, baixou uma norma, que mandou afixar no quadro de avisos. (25º parágrafo)
 - (B) Justinho tomou como mais um triunfo da burocracia que afinal não passava de um método para pôr ordem no caos, segundo ele. (27º parágrafo)
 - (C) E, realmente, no dia seguinte não foram poucos os que se declararam perplexos com a questão. (16º parágrafo)
 - (D) Naquela manhã, pela primeira vez em suas vidas, tinham prestado atenção na forma como abotoavam a camisa. (16º parágrafo)
 - (E) De repente, por causa dos botões de suas camisas, estavam todos às voltas com graves indagações existenciais. (22º parágrafo)
-
4. Em *Era uma coisa banal, uma ação cotidiana e corriqueira, e, no entanto, todos tinham vivido até então sem saber se abotoavam a camisa de baixo para cima ou de cima para baixo* (16º parágrafo), a locução sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) em razão disso.
 - (B) na verdade.
 - (C) não obstante.
 - (D) por conseguinte.
 - (E) além disso.
-
5. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) Mal sabia o seu Justinho (28º parágrafo).
 - (B) todos os homens abotoam a camisa de baixo para cima (26º parágrafo).
 - (C) Alguns começaram a tirar a camisa ali mesmo (9º parágrafo).
 - (D) nos dias seguintes passou a gostar ainda menos (22º parágrafo).
 - (E) Mas o seu Justinho os deteve (9º parágrafo).
-
6. Segundo o gramático Evanildo Bechara (*Moderna gramática portuguesa*, 2009), expressão expletiva ou de realce é uma expressão que não exerce função sintática. Constitui exemplo de expressão expletiva o segmento sublinhado em:
- (A) Eu é que tenho que vestir.
 - (B) – Mas era só uma brincadeira!
 - (C) Todos ao trabalho antes que aparecesse o chefe.
 - (D) no dia seguinte não foram poucos os que se declararam perplexos com a questão.
 - (E) todos tinham vivido até então sem saber se abotoavam a camisa de baixo para cima ou de cima para baixo.



7. Estabelece relação de condição o termo sublinhado em:
- (A) *E, realmente, no dia seguinte não foram poucos os que se declararam perplexos com a questão.*
 - (B) *Tirar a camisa no escritório, onde já se vira?*
 - (C) *Curiosamente, fora o seu Justinho e o Simas, ninguém se lembrava como abotoava a camisa.*
 - (D) *E não consigo decidir se começo a abotoar por baixo ou por cima!*
 - (E) *Era como se não se conhecessem.*
-
8. – *Viu o que você fez? – perguntou o seu Justinho [...] para o Alaor.* (23º parágrafo)
- Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:
- (A) fizesse.
 - (B) faz.
 - (C) fazia.
 - (D) fizera.
 - (E) faria.
-
9. Pode ser transposto para a voz passiva o seguinte trecho da crônica:
- (A) *Houve um certo alívio no ambiente* (27º parágrafo).
 - (B) *O Alaor propôs um plebiscito no escritório* (7º parágrafo).
 - (C) *Existem muitas histórias do seu Justinho* (1º parágrafo).
 - (D) *Um funcionário, inclusive, não compareceu ao trabalho* (16º parágrafo).
 - (E) *todos estavam abalados com a experiência* (22º parágrafo).
-
10. A expressão sublinhada deve sua flexão ao verbo em negrito em:
- (A) **Houve** um certo alívio no ambiente (27º parágrafo).
 - (B) O Alaor **propôs** um plebiscito no escritório. (7º parágrafo).
 - (C) Todos ao trabalho antes que **aparecesse** o chefe. (9º parágrafo)
 - (D) Mas durante todo o dia o seu Justinho **ficou** preocupado. (10º parágrafo).
 - (E) **Botara** uma camisa sem botão. (21º parágrafo).
-
11. Na redação oficial, é necessário atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto. No vocativo, o autor dirige-se ao destinatário no início do documento. No corpo do texto, pode-se empregar os pronomes de tratamento em sua forma abreviada ou por extenso. O endereçamento é o texto utilizado no envelope que contém a correspondência oficial.
- (Manual de Redação da Presidência da República)
- Assim, adota-se o **vocativo**
- I. Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na correspondência cujo destinatário seja o Presidente da República.
 - II. Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, na correspondência cujo destinatário seja o Vice-Presidente da República.
 - III. Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, na correspondência cujo destinatário seja o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.

**Noções sobre o Direito das Pessoas com Deficiência**

12. De acordo com a Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo, com a finalidade de:
- I. Proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - II. Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - III. Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
 - IV. Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.
- Os direitos previstos nos itens anteriores são extensivos a acompanhante da pessoa com deficiência ou a seu(sua) atendente pessoal, EXCETO quanto ao disposto APENAS em
- (A) III.
 - (B) II.
 - (C) I e IV.
 - (D) IV.
 - (E) I e II.
-
13. A Prefeitura de determinado Município decidiu construir um novo passeio público de acordo com as normas legais pertinentes sobre o tema. Posteriormente, foram instalados um banco para a população se sentar, uma lixeira e também vegetação no mencionado passeio público. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o passeio público, o banco e a lixeira correspondem, respectivamente, a
- (A) ajuda técnica, elemento de urbanização e mobiliário urbano.
 - (B) mobiliário urbano, ajuda técnica e elemento de urbanização.
 - (C) elemento de urbanização, ajuda técnica e mobiliário urbano.
 - (D) mobiliário urbano, elemento de urbanização e elemento de urbanização.
 - (E) elemento de urbanização, mobiliário urbano e mobiliário urbano.

Noções de Sustentabilidade

14. De acordo com a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça NÃO constitui competência da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável:
- (A) sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas e realização das ações propostas no Plano de Logística Sustentável.
 - (B) elaborar relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável.
 - (C) deliberar sobre os indicadores e metas do Plano de Logística Sustentável.
 - (D) apoiar o fomento de ações, que estimulem, dentre outros aspectos, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos.
 - (E) propor a revisão do Plano de Logística Sustentável.
-
15. Considere:
- I. A adequada gestão dos resíduos gerados deve promover a coleta seletiva, com estímulo à sua redução, ao reuso e à reciclagem de materiais, e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as limitações de cada município.
 - II. A sensibilização e a capacitação do corpo funcional e, quando for o caso, de outras partes interessadas devem estimular de forma contínua o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, a qualidade de vida, equidade e diversidade no âmbito da instituição, bem como a reflexão para que as pessoas possam atuar como agentes transformadores em sociedade.
 - III. A promoção da equidade e da diversidade deve se dar por políticas afirmativas não discriminatórias, de forma a assegurar aos quadros de pessoal e auxiliar, às partes e aos usuários do Poder Judiciário, o pleno respeito à identidade e expressão de gênero, religião, estado civil, idade, origem social, opinião política, ascendência social, etnia, e outras condições pessoais.
 - IV. O controle de emissão de dióxido de carbono dar-se-á pelo uso de fontes de energia renováveis e não renováveis, por campanhas à não utilização de combustível fóssil e por campanhas para o plantio de árvores, contra o desmatamento e as queimadas nas florestas.
- Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, está correto o que consta em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) III e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e IV, apenas.

**Código de Ética e Regime Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região**

16. Em uma situação hipotética, Xisto foi aprovado em concurso público para o cargo de juiz substituto do trabalho no TRT 21ª Região. Após 12 meses no exercício do cargo, Xisto é acusado de praticar conduta incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções. Nesse caso, na esteira do que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, especificamente em relação à instauração de processo administrativo disciplinar:
- (A) a punição ao magistrado somente será imposta pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno.
 - (B) na instrução do processo administrativo disciplinar, serão inquiridas, no máximo, 5 testemunhas de acusação e até 5 de defesa, que justificadamente tenham ou possam ter conhecimento dos fatos imputados.
 - (C) o recebimento da acusação pelo Tribunal Pleno interromperá o curso do prazo de vitaliciamento, devendo Xisto cumprir mais dois anos de estágio probatório após a conclusão do processo administrativo disciplinar se não lhe for aplicada a pena de demissão.
 - (D) o processo disciplinar para demissão de Xisto poderá ser instaurado mesmo após o transcurso do biênio inicial previsto na Constituição Federal, mediante indicação do Corregedor ao Tribunal Pleno.
 - (E) no caso de aplicação das penas de censura ou remoção compulsória, o juiz não-vitalício ficará impedido de ser promovido ou removido enquanto não decorrer prazo de dois anos da punição imposta.

17. Considerando as seguintes situações hipotéticas:

Júnia, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, foi dispensada de função comissionada, sendo cientificada previamente da dispensa de forma verbal. Já sua colega Nara, também servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, não pôde estabelecer interlocução livre com seu superior Jonas, não podendo expor suas ideias e opiniões. Nos termos da Resolução Administrativa nº 23/2021 (Código de Ética do TRT 21ª Região),

- (A) não é necessária qualquer cientificação, vez que a função comissionada por ser desfeita *ad nutum*, independe de qualquer ato prévio. Na segunda hipótese, foi inobservado o direito da servidora Nara.
- (B) foi respeitado o direito da servidora Júnia de ser cientificada previamente, pois o Código de Ética admite a ciência prévia, de forma escrita ou verbal. Na segunda hipótese, foi inobservado o direito da servidora Nara.
- (C) não foi respeitado o direito da servidora Júnia de ser cientificada previamente da dispensa, pois é necessária forma escrita para tal ato. Na segunda hipótese, também foi inobservado o direito da servidora Nara.
- (D) não é necessária qualquer cientificação, vez que a função comissionada por ser desfeita *ad nutum*, independe de qualquer ato prévio. Também não foi desrespeitado qualquer direito de Nara, pois a servidora não tem o direito de estabelecer interlocução livre com seu superior, apenas com seus colegas.
- (E) foi respeitado o direito da servidora Júnia de ser cientificada previamente, pois o Código de Ética admite a ciência prévia, de forma escrita ou verbal. Também não foi desrespeitado qualquer direito de Nara, pois a servidora não tem o direito de estabelecer interlocução livre com seu superior, apenas com seus colegas.

Noções de Google Workspace

18. Um Técnico criou um arquivo no Google Drive chamado `tribunal.txt`. Em seguida, clicou na opção para compartilhar o arquivo e uma janela de configurações de compartilhamento foi aberta. Nessa janela, ao clicar no símbolo da engrenagem é possível
- (A) gerar e copiar *link* para compartilhamento.
 - (B) definir se os editores podem alterar permissões e compartilhar.
 - (C) adicionar as permissões de leitura, escrita e gravação.
 - (D) transferir a propriedade do arquivo.
 - (E) remover acesso ao arquivo de usuários de fora do Tribunal.
19. A partir da Caixa de entrada do Gmail, para definir que as respostas aos *e-mails* não sejam agrupadas em conversas, exibindo cada *e-mail* de resposta separadamente da conversa inicial, um Técnico deve
- (A) clicar em **Contas e importação** e selecionar a opção **Visualização de conversas desativado**.
 - (B) clicar em **Painel de Controle** e selecionar a opção **Exibir mensagens individuais**.
 - (C) clicar na guia **Marcadores** e selecionar a opção **Mostrar e-mails agrupados**.
 - (D) acessar a guia **Configurações rápidas** e desmarcar a opção **Visualização de conversas**.
 - (E) acessar a guia **Painel de visualização** e desmarcar a opção **Marcadores**.
20. Com o Google Meet, aberto e funcionando em condições ideais, para acessar a opção **Deixar as chamadas vazias** depois de alguns minutos, mesmo se ninguém entrar na chamada, o usuário deve acessar **Mais Opções**, **Configurações** e na sequência clicar em
- (A) **Gerais**.
 - (B) **Vídeo**.
 - (C) **Chamadas**.
 - (D) **Controle**.
 - (E) **Reações**.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Para a construção e aplicação de métodos, incluindo os utilizados pelo gestor de segurança na análise de riscos e planejamento em geral, é necessário, ao estudar os fenômenos que incluem riscos e ameaças aos quais os ativos estão expostos, elaborar uma contextualização geral de relações entre variáveis, formulada como solução provisória para um problema passível de verificação empírica em suas consequências. Trata-se da formulação de
- (A) hipóteses.
 - (B) objetivo.
 - (C) soluções.
 - (D) parábolas.
 - (E) justificativa.
-
22. O risco, que pode ser compreendido como a possibilidade de uma vulnerabilidade ser explorada por alguma ameaça, deve ser submetido a uma análise e identificação, que perfaz o seu **...I...** bem como a eventual **...II...** que demanda o registro e a justificativa.
- Preenche, correta e respectivamente, as lacunas **I** e **II**:
- (A) controle – exclusão
 - (B) compartilhamento – aceitação
 - (C) tratamento – aceitação
 - (D) tratamento – eliminação
 - (E) combate – eliminação
-
23. A elaboração de uma política de segurança da informação deve ser difundida a partir do nível **...I...** e tem como último estágio providências relativas à **...II...**.
- Preenche, correta e respectivamente, as lacunas **I** e **II**:
- (A) geral – finalização
 - (B) estrutural – distribuição
 - (C) tático – distribuição
 - (D) operacional – disponibilização
 - (E) estratégico – disponibilização
-
24. Dentre as ameaças, principalmente no que diz respeito à segurança das informações, incluindo o processamento de sistemas informatizados em geral, identificam-se os *malwares*, comuns no contexto corporativo e governamental. Essa ameaça pode ser classificada como
- (A) potencial.
 - (B) humana.
 - (C) biológica.
 - (D) ambiental.
 - (E) natural.
-
25. Se os dados de identificação de pessoas que adentram em uma empresa, captados exclusivamente para o processamento do Departamento de Segurança, forem divulgados para outros setores da organização, de acordo com os fundamentos da segurança das informações, terá havido inobservância da
- (A) conformidade.
 - (B) autenticidade.
 - (C) disponibilidade.
 - (D) confidencialidade.
 - (E) legitimidade.
-
26. Ao conduzir um sistema de gestão de segurança da informação que abrange o tratamento da segurança física das instalações, duas etapas devem ser cumpridas: a análise de riscos e a melhoria contínua das atividades. A análise de riscos é realizada
- (A) ao final do processo e abrange a redução e medição dos riscos; a melhoria contínua é realizada por meio de definição de estratégias, objetivos e competências.
 - (B) periodicamente e inclui análises críticas e auditorias internas; a melhoria contínua abrange a aceitação e medição dos riscos.
 - (C) ao final dos processos e abrange a aceitação e medição dos riscos; a melhoria contínua inclui análises críticas e auditorias internas.
 - (D) periodicamente e abrange a aceitação e medição dos riscos; a melhoria contínua inclui análises críticas e auditorias internas.
 - (E) periodicamente e abrange a redução e medição dos riscos; a melhoria contínua é impraticável devido à inevitabilidade dos riscos.



27. O gestor de segurança de uma organização utiliza em seus processos o método PDCA, apto a otimizar os recursos e definir as melhores estratégias e ações para o alcance dos objetivos.

A sigla que define esse método determina quatro atividades, quais sejam:

- (A) planejar, aplicar, desenvolver e aprimorar.
- (B) processar, desenvolver, confirmar e aplicar.
- (C) processar, determinar, controlar e atuar.
- (D) planejar, estimar, checar e acessar.
- (E) planejar, fazer, checar e agir.

28. As afirmativas a seguir referem-se à atuação hipotética da Polícia Judicial enquanto responsável pela segurança institucional de um Tribunal Regional do Trabalho, considerando-se o direcionamento constitucional do sistema de segurança pública brasileiro.

- I. Não é recomendável a participação de todos os funcionários e visitantes nas questões atinentes à segurança pública, pois trata-se de assunto de interesse exclusivo dos órgãos oficiais.
- II. Enxerga-se a ordem pública como algo que deve ser preservado, a partir de medidas de reação a ilicitudes.
- III. Propõe o acionamento dos respectivos órgãos componentes do sistema de segurança pública, de acordo com as respectivas atribuições.
- IV. Permite observar o ambiente interno e externo das instalações do Tribunal, a fim de adotar iniciativas de adequação à condição ideal de incolumidade.
- V. Por se tratar de um Tribunal Regional do Trabalho, um órgão federal, todas as tratativas de atividade de segurança pública devem ser encaminhadas exclusivamente à Polícia Federal.
- VI. A Polícia Judicial de um Tribunal Regional do Trabalho possui atribuições equivalentes à polícia civil, incluindo as limitações, por se tratar também de polícia Judiciária.
- VII. Ao cuidar da segurança das dependências de um Tribunal, a Polícia Judicial desenvolve atribuições correspondentes à Polícia Militar, no que diz respeito à ordem pública local.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e VI.
- (B) I, II, III e V.
- (C) III, IV e VII.
- (D) II, V e VII.
- (E) I, IV, V e VI.

29. Com relação ao porte de arma de fogo institucional por servidor do Tribunal Regional do Trabalho, de acordo com a Resolução do Conselho Superior de Justiça do Trabalho nº 315/2021, considere:

- I. A concessão se dá por cinco anos e é de caráter precário, ou seja, pode ser revogada por ato de autoridade competente.
- II. A concessão é permanente, só revogável por comprovado cometimento de falta administrativa do servidor.
- III. O porte pode ser ostensivo, desde que o servidor esteja uniformizado e identificado.
- IV. Para o porte de arma de fogo institucional é necessário que o servidor tenha consigo a identidade funcional e autorização para o porte, no caso de servidor não policial, ou o distintivo ou uniforme, no caso de agente de polícia judicial.
- V. A autoridade que expede o documento de arma de fogo institucional é responsável pela unidade de Polícia Judicial do Tribunal Regional do Trabalho correspondente. Ao Presidente do Tribunal cabe dar anuência ao ato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e V.

30. Um determinado Tribunal Regional do Trabalho utilizou o corpo de Polícia Judicial disponível para estabelecer um plantão para atender casos de urgência envolvendo a segurança dos magistrados e I , comunicação imediata de magistrado II e adota estratégia III para escolha de magistrados com alto risco de segurança.

De acordo com a Resolução do Conselho Superior de Justiça do Trabalho nº 315/2021, preenche, correta e respectivamente, as lacunas **I, II e III**:

- (A) pessoas em risco – suspeito ou autor de ilícitos – única
- (B) procuradores – vítima de acidente – padronizada em âmbito estadual
- (C) demais servidores – suspeito ou autor de crimes – padronizada em âmbito nacional
- (D) familiares – suspeito ou autor de crimes – própria
- (E) servidores em risco – em viagem fora do estado – própria



31. Sobre segurança física:
- (A) A segurança física deve ter o caráter de impedir o acesso de pessoas, veículos e objetos a um determinado local protegido, a critério do operador.
 - (B) O serviço de vigilância não é considerado segurança física, mas, sim, pessoal.
 - (C) Qualquer recurso, desde que reconhecido como tal, pode ser considerado segurança física.
 - (D) Não são admitidos meios ocasionais para serem utilizados como segurança física.
 - (E) Para ser considerado de segurança física, é necessário que o recurso esteja incorporado a um sistema de controle de acesso.
-
32. Os controles de acesso **...I...** restringem o acesso de pessoas, coisas e instrumentais quando **...II...**. Um exemplo desse controle são os **...III...**.
- Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I**, **II** e **III**:
- (A) necessariamente – automáticos – sensores
 - (B) obrigatoriamente – operados por um agente de segurança ou técnico – sistemas biométricos
 - (C) não necessariamente – automatizados – sistemas biométricos
 - (D) obrigatoriamente – automáticos – procedimentais
 - (E) não necessariamente – operados por um humano – sensores
-
33. São funcionalidades de controle de acesso:
- I. Impede duas entradas pelo mesmo usuário.
 - II. Obriga duas leituras de acesso.
 - III. Abertura de segunda porta mediante fechamento da primeira.
- Relacionam-se com as funcionalidades acima, respectivamente:
- (A) I. anti-dupla passagem – II. dupla custódia – III. eclusa
 - (B) I. estouro de porta aberta – II. clausura – III. anti-dupla passagem
 - (C) I. passagem única – II. dupla passagem – III. eclusa
 - (D) I. passagem dupla – II. eclusa – III. estouro de porta aberta
 - (E) I. anti-duplo acesso – II. sensor de passagem – III. clausura

Atenção: Para responder às questões de números 34 a 36, considere o texto abaixo.

Paulo (governador) e José (senador) discutem e são apartados por seguranças

A briga ocorreu quando Paulo chegava para uma visita ao Departamento de Operações de Trânsito do Estado. Os políticos Paulo e José discutiram, quase se agrediram fisicamente e tiveram de ser separados por seguranças. Paulo foi abordado por José, que levava consigo um megafone. José, que estava acompanhado de um amigo, disse ter sido chamado ao local por agentes de trânsito descontentes com a reforma da previdência estadual e com o reajuste concedido à categoria por Paulo. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram José indo em direção a Paulo. Os dois discutem e José chama Paulo de "medroso", "mole" e "preguiçoso". Não é possível identificar o que Paulo responde, mas grita com o dedo em riste em direção a José. O senador então é retirado do local por seguranças do governador. Em nota divulgada depois da briga, José disse que Paulo "falou impróprios" a ele. Já Paulo acusou José de desrespeitá-lo. O Sindicato dos Agentes de trânsito do Estado afirmou que a escolta de Paulo promoveu "agressões" a José, que estava presente para se manifestar democraticamente, quando foi agredido e retirado à força do local pela escolta, poucos momentos após a chegada de Paulo.

34. A ação da equipe de segurança do Governador Paulo, ao retirar do local o Senador José, a quem dirigiu agressões verbais, segundo a doutrina de segurança de dignitários:
- (A) está parcialmente correta, pois caberia à equipe de segurança, além de retirar o agressor do local, realizar o registro do fato no Distrito Policial da área.
 - (B) não está correta, pois deveria proteger o dignitário Paulo, no caso da agressão verbal, aumentar a atenção e facilitar a retirada do local.
 - (C) está correta, pois cabe à equipe de segurança de Paulo afastar o agressor da proximidade da pessoa protegida.
 - (D) não está correta, pois deveria ter protegido Paulo e, necessariamente, no caso da agressão verbal, retirando-o do local para um abrigo.
 - (E) está parcialmente correta, pois além de ter retirado José do local, também deveria ter levado Paulo para um local seguro.



35. A ação de segurança de dignitários descrita, refere-se à equipe I. Caso o corpo de segurança de Paulo tivesse optado por alocar agentes para comparecer ao evento momentos antes, a fim de identificar presença hostil no local do evento, talvez evitando o evento indesejado, utilizaria uma equipe II. O levantamento anterior de informações sobre os convidados ao evento, que também poderia fornecer subsídios sobre fontes hostilizantes e eventuais riscos para a integridade física e moral do dignitário, seria realizado pela equipe III.
- As lacunas I, II e III são, correta e respectivamente, preenchidas por:
- (A) tática – avançada – preparatória
(B) aproximada – avançada – precursora
(C) tática – aproximada – precursora
(D) aproximada – precursora – velada
(E) pessoal – velada – precursora
-
36. Com referência à atividade de segurança de dignitários, o dano identificado
- (A) ocorreu aos dois dignitários envolvidos, José e Paulo, porém trata-se de dano potencial, pois não evoluiu para um atentado à integridade física, graças à intervenção da equipe de segurança, conforme descrito no caso.
(B) não ocorreu conforme relatos de ambas as partes. A agressão verbal foi mútua.
(C) não ocorreu, pois Paulo não sofreu agressão física, em que pese a nota do Sindicato dos Agentes de Trânsito.
(D) ocorreu, ao se considerar a declaração do Sindicato dos Agentes de Trânsito e, no caso, trata-se de dano à imagem de Paulo, que também é objeto de proteção da equipe de segurança.
(E) foi sofrido apenas por José, por ter sido retirado à força, o que denota a imposição física necessária para caracterizar o dano.
-
37. De acordo com a cartilha Noções de Primeiros Socorros no Trânsito (DENATRAN 2005): Primeiros Socorros são as primeiras providências tomadas no local do acidente. É o atendimento inicial e temporário até a chegada de um socorro profissional. Esse manual orienta as ações de primeiros socorros a serem implementadas por qualquer pessoa que se encontre no local do acidente. NÃO é uma ação prevista nessas orientações:
- (A) realizar massagem cardíaca.
(B) manter a calma.
(C) controlar a situação.
(D) acionar o socorro.
(E) verificar a situação das vítimas.
-
38. Nos casos de acidentes de trânsito, além dos prejuízos patrimoniais resultantes, pode haver pessoas feridas e/ou riscos e perigos na cena. A cartilha Noções de Primeiros Socorros no Trânsito (DENATRAN 2005) traz orientações para que as pessoas presentes no cenário do acidente possam minimizar as consequências do acidente e aumentar as chances de recuperação de eventuais vítimas. Considere:
- I. Em caso de chuva, neblina ou fumaça, as distâncias para o início da sinalização do acidente deverão ser aplicadas em dobro.
II. Em acidentes que envolvam motociclista(s), para uma adequada avaliação da(s) vítima(s), deve-se remover o(s) capacete(s) da(s) mesma(s) assim que possível.
III. Em um acidente veicular, caso a(s) vítima(s) esteja(m) utilizando o cinto de segurança, esse equipamento deverá ser solto se verificado que esteja dificultando a respiração da(s) mesma(s).
- De acordo com a Cartilha mencionada, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
(B) I, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I e III, apenas.



39. De acordo com a Norma Regulamentadora-23, que estabelece medidas de prevenção contra incêndios nos ambientes de trabalho, as organizações devem providenciar, para todos os trabalhadores, informações EXCETO sobre
- (A) dispositivos de alarme existentes.
 - (B) procedimentos de avaliação de danos decorrentes dos sinistros.
 - (C) procedimentos de resposta aos cenários de emergências.
 - (D) procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança.
 - (E) utilização dos equipamentos de combate ao incêndio.
-
40. As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos
- (A) pela Polícia Militar do respectivo Estado, em nome da empresa de segurança privada e de transporte de valores e de cada empregado que for utilizá-las.
 - (B) pela Polícia Civil, do respectivo Estado, em nome da empresa de segurança privada e de transporte de valores e de cada empregado que for utilizá-las.
 - (C) pelo Exército, em nome da empresa de segurança privada e de transporte de valores.
 - (D) pela Polícia Federal, em nome de cada empregado que for utilizá-la, pois não é permitida a expedição em nome de pessoa jurídica.
 - (E) pela Polícia Federal, em nome da empresa de segurança privada e de transporte de valores.
-
41. As medidas de proteção à pessoa idosa, previstas na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), serão sempre aplicáveis quando os direitos reconhecidos na referida lei forem ameaçados ou violados nos seguintes casos:
- I. por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
 - II. por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
 - III. em razão de sua condição pessoal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
42. De acordo com o Decreto de Cerimonial nº 70.274/1972, considera-se direita de um dispositivo de bandeiras: a direita de uma pessoa colocada junto a ele e voltada para a rua, para a plateia, ou, de modo geral, para o público que observa o dispositivo. A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra, compreendido, como uma posição:
- I. Central ou a mais próxima do centro e à direita deste, quando com outras bandeiras, pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes.
 - II. Destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles.
 - III. À direita de tribunas, púlpitos, mesas de reuniões ou de trabalho.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e III, apenas.
-
43. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, sobre acessibilidade, as barreiras existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público, ou de uso coletivo, são classificadas como:
- (A) urbanísticas.
 - (B) de informações.
 - (C) arquitetônicas.
 - (D) de comunicações.
 - (E) de transportes.



44. A Lei nº 9.099/1995 prevê que da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso ao
- (A) Tribunal de Justiça do respectivo Estado, sendo que as partes não necessitarão, obrigatoriamente, estar representadas por advogado.
 - (B) próprio Juizado, sendo que é defeso as partes estarem representadas por advogado.
 - (C) próprio Juizado, sendo que as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
 - (D) próprio Juizado, sendo que as partes não necessitarão estar obrigatoriamente representadas por advogado.
 - (E) Tribunal de Justiça do respectivo Estado, sendo que as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
-
45. De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, incorre na mesma pena de negar ou obstar emprego em empresa privada (reclusão de dois a cinco anos) aquele que, por motivo de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:
- I. deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições aos demais trabalhadores.
 - II. impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional.
 - III. proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, exceto quanto ao salário.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
-
46. De acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), a obrigação alimentar será prestada à pessoa idosa na forma da lei civil, sendo:
- (A) solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (B) facultativa, não sendo possível à pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (C) solidária, não sendo possível à pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (D) subsidiária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (E) subsidiária, não sendo possível à pessoa idosa optar entre os prestadores.
-
47. Em uma situação hipotética, um funcionário público, no exercício de sua função interpela visitante de determinado órgão público e solicita que o acompanhe à identificação junto à catraca de entrada, uma vez que constatou, pelo sistema de monitoramento de câmeras, que o acesso foi feito sem passar pelo sistema de identificação.
- O visitante visivelmente incomodado o acompanha e ao chegar à portaria realiza a identificação; entretanto, logo após passa a proferir palavras de menosprezo ao funcionário público no exercício da função, humilhando-o pela função que exerce, diminuindo seu cargo e dizendo que ele não era ninguém já que não sabia com quem estava falando e que as normas de cadastro para acesso não se aplicavam a ele, pois sua situação intelectual e financeira eram muito superiores às dele. Tal atitude
- (A) pode ser tipificada como crime de resistência, seguido pelo crime de desacato.
 - (B) pode ser tipificada como crime de desacato.
 - (C) pode ser tipificada como crime de desobediência.
 - (D) pode ser tipificada como crime de resistência.
 - (E) não pode ser enquadrada em nenhuma tipificação penal.
-
48. De acordo com a Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade) considere:
- I. tomar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos.
 - II. a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos.
 - III. a perda do cargo, do mandato e da função pública.
- São efeitos da condenação o que consta em
- (A) II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, apenas.



49. Conforme previsão da Resolução CNJ nº 344/2020, ocorrendo a prática de infração penal nas dependências físicas de um Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo pessoa sujeita à jurisdição do Presidente do Tribunal, ele poderá instaurar procedimento apuratório preliminar,
- (A) sendo vedado delegar tal função a outra autoridade competente, com prejuízo da solicitação da instauração de inquérito policial.
 - (B) podendo delegar tal função a outra autoridade competente, sendo defeso requisição da instauração de inquérito policial.
 - (C) apenas sendo vedada a delegação de tal função a outra autoridade competente.
 - (D) sem prejuízo da requisição da instauração de inquérito policial, mas não delegar tal função a outra autoridade competente.
 - (E) ou delegar tal função a outra autoridade competente, sem prejuízo da requisição da instauração de inquérito policial.
-
50. De acordo com o previsto na Resolução CNJ nº 467/2022, a revogação, suspensão ou cassação do porte de arma de fogo implicará em
- (A) recolhimento, após 45 dias, contados da publicidade do ato em Diário Oficial da União, pela unidade de segurança institucional, da arma de fogo, acessórios, munições, certificados de registro e o documento de porte de arma que estejam sob a posse do servidor.
 - (B) recolhimento, após 30 dias, contados da publicidade do ato em Diário Oficial da União, pela unidade de segurança institucional, da arma de fogo, acessórios, munições, certificados de registro e o documento de porte de arma que estejam sob a posse do servidor.
 - (C) imediato recolhimento pela unidade de segurança institucional da arma de fogo, acessórios, munições, certificados de registro e o documento de porte de arma que estejam sob a posse do servidor.
 - (D) publicidade do ato em Diário Oficial da União, permitindo ao servidor a entrega, junto à unidade de segurança institucional, no prazo de 15 dias úteis, da arma de fogo, acessórios, munições e certificados de registro, somente, sendo que o documento de porte de arma poderá permanecer sob a posse do servidor.
 - (E) recolhimento pela unidade de segurança institucional da arma de fogo, acessórios, munições, podendo os certificados de registro e o documento de porte de arma permanecer sob a posse do servidor.
-
51. Em conformidade com o contido na Lei nº 9.099/1995, no tocante à execução das sentenças nos juizados especiais criminais em que tenha sido aplicada exclusivamente pena de multa, efetuado o pagamento, o Juiz declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação
- (A) conste dos registros criminais, somente para fins de requisição judicial.
 - (B) não conste dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.
 - (C) conste dos registros criminais, para quaisquer tipos de consultas, administrativa ou judicial.
 - (D) não conste dos registros criminais, inclusive para fins de requisição judicial.
 - (E) conste dos registros criminais, apenas para fins de requerimento administrativo.
-
52. De acordo com a Lei nº 10.048/2000 (Prioridade de atendimento), em locais de atendimento em que não existam postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos, as pessoas que possuem o atendimento prioritário
- (A) deverão ser atendidas imediatamente, com a interrupção do atendimento em andamento.
 - (B) deverão ser atendidas sem qualquer observância à lei de prioridades, pois o pressuposto de atendimento prioritário é justamente a sinalização com postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos.
 - (C) poderão ser atendidas alternadamente entre os clientes sem prioridade, após a conclusão do atendimento que estiver em andamento, mas sem a prioridade legal.
 - (D) deverão ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento que estiver em andamento, antes de quaisquer outras pessoas.
 - (E) poderão ser atendidas de acordo com o critério e análise facultativa do responsável pelo local de atendimento que se utilizará apenas de cortesia e bom senso no atendimento.



53. Seguem duas afirmações ligadas pelo conectivo explicativo "PORQUE":

- I. Sob neblina ou cerração, o condutor do veículo deve acender imediatamente a luz baixa do farol e evitar o uso do farol alto

PORQUE

- II. O farol alto reflete a luz nas partículas de água, reduzindo ainda mais a visibilidade.

Nesse caso,

- (A) as duas afirmações são falsas.
(B) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
(C) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
(D) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
(E) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

54. Considere a seguinte sentença:

Nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, a sinalização de regulamentação da via será implantada e mantida às expensas do **...I...**, após aprovação dos projetos pela (o) **...II...**

Preenchem as lacunas **I** e **II**, correta e respectivamente,

- (A) condomínio – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
(B) condomínio – Polícia Militar
(C) Município – órgão ou entidade com circunscrição sobre a via
(D) condomínio – órgão ou entidade com circunscrição sobre a via
(E) Município – Polícia Militar

55. Com relação à condução de veículos por motoristas profissionais, considere:

- I. É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 4 horas ininterruptas veículos de transporte rodoviário de cargas.
II. Serão observados 15 minutos para descanso dentro de cada 6 horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 4 horas contínuas no exercício da condução.
III. Serão observados 30 minutos para descanso a cada 4 horas na condução de veículo rodoviário de passageiros, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção.
IV. Em situações excepcionais de inobservância justificada do tempo de direção, devidamente registradas, o tempo de direção poderá ser elevado pelo período necessário para que o condutor, o veículo e a carga cheguem a um lugar que ofereça a segurança e o atendimento demandados, desde que não haja comprometimento da segurança rodoviária.

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
(B) III e IV.
(C) II e III.
(D) I e II.
(E) I e IV.

56. Dentre os Ministros que compõem o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), considere:

- I. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.
II. Ministro das Cidades.
III. Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania.
IV. Ministro da Defesa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) I e IV.



57. Considere as informações abaixo:

Órgão do Sistema Nacional de Trânsito	Descrição da competência
1. Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.	I. Organizar e manter o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH.
2. Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN.	II. Julgar os recursos interpostos contra decisões das JARI (Juntas Administrativas de Recursos de Infrações).
3. Órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios.	III. Criar Câmaras Temáticas.
4. Órgão máximo executivo de trânsito da União.	IV. Implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.

A correta correlação entre "Órgão do Sistema Nacional de Trânsito" e "Descrição da competência" é

- (A) 1-III – 2-II – 3-IV – 4-I.
 (B) 1-IV – 2-I – 3-III – 4-II.
 (C) 1-I – 2-III – 3-II – 4-IV.
 (D) 1-III – 2-II – 3-I – 4-IV.
 (E) 1-I – 2-IV – 3-II – 4-III.

58. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a notificação de autuações a pessoal de missões diplomáticas e de repartições consulares de carreira será remetida, para as providências cabíveis e cobrança dos valores, no caso de multa,

- (A) ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
 (B) à Casa Civil da Presidência da República.
 (C) ao Ministério das Relações Exteriores.
 (D) ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI).
 (E) à Controladoria-Geral da União.

59. Nos casos em que for penalizado com a cassação da Carteira Nacional de Habilitação, o infrator poderá requerer sua reabilitação quando decorridos

- (A) cinco anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação e submetendo-se a todos os exames necessários à habilitação, na forma estabelecida pelo CONTRAN.
 (B) dois anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação e submetendo-se a todos os exames necessários à habilitação, na forma estabelecida pelo CONTRAN.
 (C) três anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação e submetendo-se a todos os exames necessários à habilitação, na forma estabelecida pelo CONTRAN.
 (D) dois anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação e submetendo-se apenas ao curso de reciclagem, na forma estabelecida pelo CONTRAN.
 (E) três anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação e submetendo-se apenas ao curso de reciclagem, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

60. Os agentes aplicadores da lei devem considerar o uso de meios não violentos primeiro e apenas usar a força quando os meios não violentos permanecerem ineficazes ou sem qualquer promessa de alcançar o resultado pretendido, sendo que, na prática, a maioria das aplicações de força por entidades policiais não envolve o uso de instrumentos. São aplicações de força nas quais não há o uso de instrumentos:

- (A) Irritantes químicos e técnicas de mão fechada.
 (B) Varas e bastões.
 (C) Técnicas de ponto de pressão e técnicas de mão aberta.
 (D) Algemas e técnicas duras de mãos vazias.
 (E) Cassetetes e impacto corporal.

